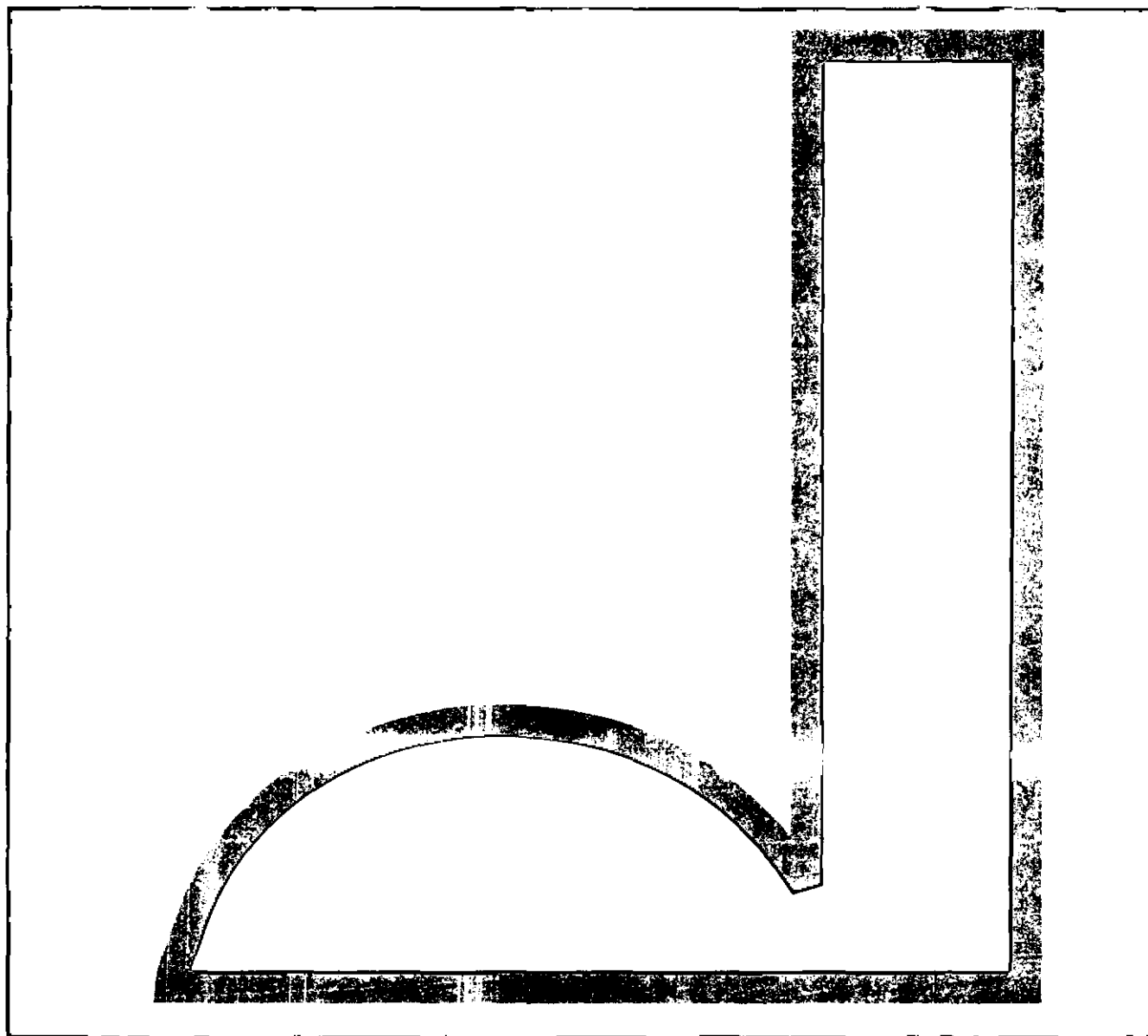




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LV - Nº 182 - SÁBADO, 18 DE NOVEMBRO DE 2000 - BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner⁽³⁾ – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romeu Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romeu Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

(3) Licenciado de 18/08 a 16/12/2000.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Julio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado e

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 225, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Rádio Difusora Porto Real Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.	22633
Nº 226, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Difusora Taubaté Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	22633
Nº 227, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Cultural de Aratiba" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.	22633
Nº 228, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Uirapuru Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigüi, Estado de São Paulo.	22633
Nº 229, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Cidade Jundiá Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo. ...	22634
Nº 230, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Educativa Nordeste" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.	22634

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 156ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Parecer

Nº 1.091, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 423/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatle Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.	22635
---	-------

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/60, de 2000 (nº 138/2000, na origem), de 14 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.942, de 1983, do Município de Votuporanga (SP), do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela	
---	--

Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 121617, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 212 a 215 da referida lei municipal (ilegalidade de cobrança de taxa para conservação de estradas). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	22636
--	-------

Recebimento do Aviso nº 234, de 2000 (nº 7.914/2000, na origem), de 6 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 918, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada no Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, no período de 27-3 a 7-4-2000, com o objetivo de avaliar os sistemas de processamento de dados do Departamento de Informática do SUS e seus procedimentos quanto ao controle, eficiência e eficácia, em especial, no tocante à segurança física, segurança lógica, comunicações, controles de qualidade e controles internos (TC 005.230/2000-3). À Comissão de Fiscalização e Controle.	22636
--	-------

Recebimento do Aviso nº 235, de 2000 (nº 7.950/2000, na origem), de 8 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 374, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, relativamente ao trecho da ferrovia Norte-Sul localizado entre as cidades de Imperatriz e Estreito – MA (TC 350.158/98-3). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	22636
Recebimento do Aviso nº 236, de 2000 (nº 7.984/2000, na origem), de 8 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	22636
Recebimento do Aviso nº 237, de 2000 (nº 8.018/2000, na origem), de 6 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 924, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Representação formulada pelo Deputado Estadual Paulo Rubem Santiago, versando sobre possíveis irregularidades na operação de empréstimo do Governo do Estado de Pernambuco junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (TC – 007.232/99-3). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	22636
Recebimento do Aviso nº 238, de 2000 (nº 8.080/2000, na origem), de 10 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 950, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, no período de 2 a 26-5-2000, com o objetivo de detectar os fatores e óbices que vêm dificultando a imediata concessão das pensões devidas aos beneficiários de servidores vinculados àquele Ministério (TC – 004.780/2000-8). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	22636
Recebimento do Aviso nº 239, de 2000 (nº 8.112/2000, na origem), de 10 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em	
junho do corrente ano (TC – 007.550/2000-1). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	22636
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Homenagem ao jornalista Wilson Frade, falecido na madrugada de hoje, em Belo Horizonte/MG. Solicitação do envio de condolências, em nome do Senado, à família e aos jornais <i>Estado de Minas</i> e <i>Diário da Tarde</i>	22637
O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Associando-se, em nome da Mesa, às homenagens de pesar pelo passamento do jornalista Wilson Frade.....	22639
SENADOR NABOR JÚNIOR – Satisfação com a matéria publicada no jornal <i>A Gazeta</i> , do Estado do Acre, edição do último dia 14, sobre a trajetória do educador acreano Raimundo Gomes de Oliveira.....	22640
O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Associação às homenagens prestadas ao professor Raimundo Gomes de Oliveira.....	22641
2.2.4 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Defesa de celeridade na apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, de sua autoria, que possibilita a expropriação de terras onde seja identificada a exploração do trabalho escravo. Necessidade da atribuição de competência à Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra os Direitos Humanos.....	22641
2.2.5 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 21, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	22643
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – EMENDA	
Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 58, de 2000 – CN. (Mensagem nº 1.007/2000-CN – nº 1.565/2000, na origem).....	22645
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.138 a 1.145, de 2000.....	22646
Nº 1.146, de 2000, referente ao servidor Walter Falleiros Júnior.....	22650
5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA	
8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Difusora Porto Real Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 11 de janeiro de 1989, a permissão outorgada a "Rádio Difusora Porto Real Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Difusora Taubaté Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de dezembro de 1996, que renova, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Difusora Taubaté Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Cultural de Aratiba" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Fundação Cultural de Aratiba" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Uirapuru Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de setembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 17 de setembro de 1996, a con-

cessão de "Rádio Uirapuru Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Cidade Jundiá Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de novembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Rádio Cidade Jundiá Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Educativa Nordeste" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 12 de maio de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Fundação Educativa Nordeste" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 156ª Sessão Não Deliberativa em 17 de novembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nabor Júnior e Francelino Pereira

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Francelino Pereira, procederá à leitura do Expediente:

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 1091, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 432, de 2000, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatile Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte”.

Relator: Senador Agnelo Alves

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.467, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado como o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante da Portaria nº 158, de 17 de setembro de 1999, que outorga permissão à Fundação Donatile Costa para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autoriza-

ção do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado José Mendonça Bezerra, e aprovação daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da entidade Fundação Donatile Costa:

- Dulcine Suely Bezerra Almeida – Dir. Presidente
- José Quirino da Silva – Dir. Adm. Financeiro
- Osimar Costa Caldas – Dir. Técnico

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração deste tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39/92 que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à ex-

ploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Comunicações".

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2000. –
Freitas Neto, Presidente – **Agnelo Alves**, Relator – **Júlio Eduardo** – **Hugo Napoleão** – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Gerson Camata** – **Djalma Bessa** – **Emília Fernandes** – **Bello Parga** – **Valmir Amaral** – **Romeu Tuma** – **Henrique Loyola** – **Ricardo Santos** – **Álvaro Dias** – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/60, de 2000 (nº 138/2000, na origem), de 14 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 1.942, de 1983, do Município de Votuporanga (SP), do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 121.617, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 212 a 215 da referida lei municipal (ilegalidade de cobrança de taxa para conservação de estradas).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

– Nº 234, de 2000 (nº 7.914/2000, na origem), de 6 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 918, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada no Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, no período de

27.03 a 07.04.2000, com o objetivo de avaliar os sistemas de processamento de dados do Departamento de Informática do SUS e seus procedimentos quanto ao controle, eficiência e eficácia, em especial, no tocante à segurança física, segurança lógica, comunicações, controles de qualidade e controles internos (TC 005.230/2000-3);

– Nº 235, de 2000 (nº 7.950/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 374, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, relativamente ao trecho da ferrovia Norte-Sul localizado entre as cidades de Imperatriz e Esteio – MA (TC 350.158/98-3);

– Nº 236, de 2000 (nº 7.984/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2);

– Nº 237, de 2000 (nº 8.018/2000, na origem), de 6 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 924, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Representação formulada pelo Deputado Estadual Paulo Rubem Santiago, versando sobre possíveis irregularidades na operação de empréstimo do Governo do Estado de Pernambuco junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (TC – 007.232/99-3);

– Nº 238, de 2000 (nº 8.080/2000, na origem), de 10 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 950, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, no período de 2 a 26.05.2000, com o objetivo de detectar os fatores e óbices que vêm dificultando a imediata concessão das pensões devidas aos beneficiários de servidores vinculados àquele Ministério (TC – 004.780/2000-8); e

– Nº 239, de 2000 (nº 8.112/2000, na origem), 10 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em junho do corrente ano (TC – 007.550/2000-1).

As matérias vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, logo mais irei a Belo Horizonte para cumprir uma dolorosa missão, pois estou sendo informado, pelo telefone e pela imprensa, de que faleceu, nesta madrugada, na nossa fascinante Belo Horizonte, um jornalista que exerceu sua profissão, com a admiração e o culto à capital mineira, nos planos político, social e cultural. Morreu aos oitenta anos, inteligente, ameno no trato, cordial no relacionamento com Minas e os mineiros, admirado por todos.

Este é um momento de dor, de tristeza e de expectativa quanto ao vazio deixado pelo jornalista Wilson Frade, dos **Diários Associados**, mais particularmente dos jornais **Estado de Minas** e **Diário da Tarde**. Ele desaparece na nossa Belo Horizonte e seu sepultamento será hoje, às 16h. Estarei presente, como não poderia deixar de ser, pois ele era um expoente da imprensa brasileira. Sempre conversávamos como dois amigos e discutíamos os horizontes de nossa bela capital. Tivemos sempre saudades dos poentes de Minas Gerais, das primeiras décadas e dos tempos de hoje.

Wilson Frade nasceu em 1920 e, agora, com oitenta anos de uma vida dominada pelo encantamento e pelo respeito de todos, desaparece e nos deixa uma apaixonante saudade. Jornalista, pintor, poeta, homem de cultura, exemplar pai de família, ele, nesta hora, está em Belo Horizonte cercado dos seus familiares, de seus amigos e muitos daqueles que residem no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Norte do Brasil estarão viajando agora, pela manhã, para a nossa capital, a fim de dar o seu último adeus ao jornalista Wilson Frade.

O jornal que ele mais venerou foi o **Estado de Minas** – que eu exibo aqui –, o qual pertence à história mineira. É o maior jornal dos mineiros. Nele, a jornalista Maria Helena Linhares abre a dolorida notícia do infausto passamento, dizendo exatamente: "Morre o jornalista Wilson Frade". Aqui a sua foto, aqui a data do seu nascimento, 02/07/1920, e da sua morte, 16/11/2000. Ele nasceu exatamente no mesmo dia em que, logo depois, nascia, no Piauí distante, este

cidadão que se tornou mineiro. Nessa mesma data nasceram Paulo Camilo de Oliveira Pena, meu colega de turma, que também desapareceu, e Celso de Mello Azevedo, ex-Prefeito de Belo Horizonte, um líder da maior dimensão em nosso Estado.

Não resisto ao desejo e ao dever de ler o que Maria Helena Linhares escreveu, hoje, no **Estado de Minas**, cujo teor solicito que passe a integrar este discurso.

Em julho deste ano, o jornalista, poeta, pintor, compositor e colunista Wilson Frade comemorou com amigos do mundo político, social e cultural, os seus 80 anos, dos quais, 51 dedicados ao jornalismo, principalmente assinando a coluna "Notas de um Repórter".

Wilson Frade não começou sua carreira como colunista social. Estudante de Direito, curso que arrependeu-se de não ter terminado, começou na **Folha de Minas** como repórter de política. Depois, transferiu-se para o colunismo social a convite de Moacyr Andrade, para ocupar o lugar de Sérvulo Tavares. "Assim, meio por acaso", disse ele.

De colunista da **Folha de Minas** foi convidado para o **Diário da Tarde**, acumulando uma coluna também no **Estado de Minas**, e depois apenas neste último.

Repórter por vocação, Wilson Frade dizia que, se voltasse no tempo, começaria tudo de novo, pois o jornalismo só lhe proporcionou prazeres. "A ele sou grato por todas as conquistas de minha vida."

Quando jovem, Wilson Frade tinha o hábito de participar de programas de rádio, até mesmo como cantor. Um aficionado intérprete de modinhas, chegou a concorrer, junto com Haroldo Lopes, num concurso de marchinhas de carnaval no Rio de Janeiro. Venceu, com a música "Girassol".

Amigo de Sílvia Caldas, sua casa, durante muitos anos, foi o lugar preferido de hospedagem dos cantores que vinham a Belo Horizonte para **shows**. Recebia Mayssa, Dorival Caymmi e outros grandes nomes nacionais.

Talvez devido a essa convivência, ele, que não conhecia uma nota sequer, acabou compondo várias músicas que, em 1992, transformaram-se no disco "Wilson Frade –

Músicas de um Repórter", produzido por Milton Nascimento, com arranjos de Gilvan de Oliveira. Participaram desse disco cantores como Sylvio César, Paulinho Pedra Azul, Pena Branca e Xavantinho, Tino Gomes e outros.

Orgulhava-se de tocar pandeiro como ninguém. "Aprendi com um amigo", dizia ele enquanto fazia os gestos tradicionais de quem toca aquele instrumento. "Ensinei a muita gente. A gente precisa ter uma malandragem ao bater no couro do pandeiro e deslizar a mão com absoluta tranquilidade. O som sai puro".

Homem de vários instrumentos, Wilson Frade lançou, em 1991, **Poemas de Um Livro Só**. "Todo ser humano jovem, mesmo sem externar pela palavra seus descobrimentos, transmite suas sensações pelo gesto e pelo olhar", escreveu então.

Apaixonado por pintura, Wilson Frade possuía um dos mais selecionados acervos da cidade, com obras de Inimá, Jenner Augusto, Mário Silécio, Leonello Berti, Scaldaferrri, Augusto Rodrigues, Sylvio Pinto, Maria Helena Andrés, Yara Tupinambá, Bracher, Nello Nuno, Manabu Mabe e muitos outros.

Nascido dessa paixão e também por hereditariedade – sua irmã Nelly Frade é pintora – Wilson Frade enveredou por essa arte, chegando a fazer três exposições, que chamou de "Exposição de um não-pintor". "Digo que sou um não-pintor porque não dediquei minha vida inteira a isso. Não é nesta altura da vida que vou me chamar de pintor. E, por outro lado, se alguém quiser criticar meus trabalhos, posso dizer: mas eu não sou pintor", brincava ele.

Em 1967, ele criou o Caderno de Turismo do ESTADO DE MINAS, um dos primeiros da imprensa brasileira, fazendo dele um marco do turismo em Minas. O que foi reconhecido por todo o setor no fim do ano passado, quando os maiores nomes do turismo mineiro se reuniram para lhe prestar uma homenagem no Automóvel Clube.

Também na abertura da Multi-Minas, em 1999, a sua importância no setor foi destacada pelo atual diretor-geral dos Associa-dos/MG, Edison Zenóbio, no discurso inaugural da grande feira.

Como jornalista, Wilson Frade viajou o mundo inteiro, dizendo sempre que a imprensa tinha que abrir o leque de informações ao leitor. O que não impedia, entretanto, que tivesse suas paixões. Uma delas era Roma, para ele a verdadeira Cidade Eterna.

Nascido em Belo Horizonte em 2 de julho de 1920, Wilson Frade casou-se com Edma Frade. É pai de Anna Paola, casada com o ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga; e de Wilson Filho, casado com Elaine. Tem três netos que faziam a sua grande alegria. Amante da vida, ele deixou uma frase que simboliza bem o que pensava: "Não tenho medo da morte mas sinto uma saudade antecipada da vida".

Também passo a ler, para que conste dos Anais desta Casa, o artigo em que o cronista Mário Fontana dá seu adeus ao companheiro de todos os dias, Wilson Frade.

ADEUS AO BITÔ

Nem me lembro mais quando tiveram início minha amizade e convivência com Wilson Frade. Talvez tenha se iniciado em uma festa no late antigo, na época em que estava na Faculdade de Direito, quando fiquei amigo de Hélio Garcia, José Luiz Azevedo, Yeyé Baptista de Oliveira e outros rapazes que freqüentavam o clube e que já eram conhecidos do Wilson.

Nessa época, há 40 anos atrás, ele já era colunista social do "Diário da Tarde", uma novidade na imprensa não só de Minas, como de todo o Brasil, que fazia grande sucesso. Foi quando herdei do jornalista Sérvulo Tavares, nosso amigo comum, o hábito de tratá-lo pelo apelido de Bitô. Ultimamente, só eu o chamava assim.

No alegre e movimentado ir-e-vir de nossa mocidade, em vez de me tornar advogado, como queria meu pai, que era magistrado, acabei mergulhando de corpo e alma no jornalismo, principalmente por obra e graça de Odin Andrade, que me cedeu sua coluna no "Diário de Minas".

Dal em diante, minha convivência com Wilson Frade se acentuou. Ele se tornou colunista do "Estado de Minas" e eu do "Diário de Minas", então os dois principais matutinos da cidade. Como é habitual na classe,

tivemos algumas divergências, ma acabou tudo em pizza.

Eu fazia o baile das debutantes do Automóvel Clube e desfiles, e ele, que já promovia o "Miss Minas Gerais", também fez o mesmo. Mas fomos em frente.

Por uns tempos, deixei o jornal para ser chefe do Cerimonial nos governos de Magalhães Pinto e Israel Pinheiro, mas logo voltei ao setor, primeiro na Força Nova e depois de novo nos Associados, no "Diário da Tarde" e em seguida no "Estado de Minas". Nessa época nossa amizade se acentuou.

Viajamos juntos inúmeras vezes para a Europa, Estados Unidos e várias outras partes do Mundo. No governo de Magalhães Pinto preparei o local de seu casamento com Edma, que foi realizado na capela do Palácio da Liberdade. Assisti ao batismo e vi crescer os seus filhos Anna Paola e Wilsinho.

Nosso relacionamento ficou mais intenso depois de 1985 quando passei a trabalhar com ele em sua coluna diária e no Caderno de Turismo. Aí a nossa convivência era diária.

Nesses mais de 40 anos de convívio com Wilson Frade, jamais encontrei um jornalista tão apaixonado pela profissão como ele. Vivía 24 horas por dia a sua atividade. Orgulhando de que sua coluna jamais deixou de ser publicada um só dia. Nas viagens que fazíamos ele era incapaz de se desligar. Arrumava sempre um pretexto para enviar uma notícia para quem o estivesse substituindo, fosse de que lugar fosse. Era uma persistência incrível.

Outra característica que o distinguia era a sua extrema honestidade. Jamais admitiu favores tendo em contrapartida notícias em sua coluna. Jamais negociou o seu espaço. De gênio reconhecidamente difícil, era, no entanto, um grande amigo de seus amigos. Defendia empregos e favores para eles e brigava por eles. Dono de uma saúde de ferro, só nos últimos anos é que passou a baquear, a ceder, mas sem jamais se desligar de sua coluna diária.

Ontem, cumprindo o seu destino, Deus o chamou para o seu convívio. Com sua

morte, a imprensa brasileira perde um jornalista puro e autêntico, que jamais se sentiu seduzido por outras plagas. Sua família e seus amigos ficam desfalcados de uma extraordinária figura humana, e Minas perde um homem de fibra, que será sempre lembrado pelo seu inquebrantável espírito de luta e de amor à profissão que exerceu durante toda sua vida. Adeus, meu prezado Bitô.

O jornal **Estado de Minas**, em matéria especial, publica uma foto, em três colunas, de Juscelino Kubitschek, que foi padrinho de casamento de Wilson Frade e de quem ele não se cansava de admirar e respeitar.

Anna Paola, sua filha e muito amiga nossa, é esposa do Ministro das Comunicações Pimenta da Veiga, que já está na Capital mineira, dominado pela dor e pela tristeza, diante da perda do grande amigo.

Sr. Presidente, a imprensa também registra as palavras do Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal; do Governador de Minas, Itamar Franco; do Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro; do Diretor-Geral dos Associados/MG, Edison Zenóbio; do Diretor-Executivo dos Associados/MG, Álvaro Teixeira da Costa; do Deputado Anderson Adauto, Presidente da Assembléia Legislativa e do nosso colega Senador José de Alencar.

Com essas palavras, Sr. Presidente, peço a Mesa que transmita à família de Wilson Frade, especialmente à esposa, Edma Frade, e aos filhos Anna Paola e Wilson, aos demais familiares e aos dirigentes dos Diários Associados, em Minas – o Estado de Minas e o Diário da Tarde –, as condolências do Senado da República.

Ao jornalista Roberto Elísio Filho, meu abraço amigo neste momento em que choramos ante o desaparecimento de Wilson Frade. Os dois assinavam a coluna diária que o **Estado** publica diariamente no caderno "Espetáculos".

Sr. Presidente, falo em nome de Minas e dos mineiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A solicitação formulada por V. Ex^a de apresentação de pêsames ao jornal **Estado de Minas**, dos Diários Associados, pelo falecimento do Jornalista Wilson Frade será encaminhado, na forma regimental.

A Mesa também apresenta as suas sentidas condolências pelo passamento desse grande homem

de imprensa, intelectual, da maior tradição na política e na vida social do Estado de Minas, que foi o jornalista Wilson Frade, falecido na madrugada de hoje, em Belo Horizonte.

O Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o jornal **A Gazeta**, editado em Rio Branco, capital do Estado do Acre, publicou, em sua edição do último dia 14 do corrente, uma reportagem sobre a trajetória de um grande professor acreano, Raimundo Gomes de Oliveira.

Essa reportagem, de autoria da Jornalista Érika Lopes, tem o título "Raimundo Gomes: exemplo de trabalho" e representa um dos mais importantes registros já feitos sobre o digno educador e formador de sucessivas gerações de jovens acreanos. Vou lê-lo, na íntegra, para que conste dos Anais do Senado Federal, por ser, realmente, a mais justa homenagem a alguém que dedicou quase 50 anos de sua vida ao sistema educacional do nosso Estado.

Tem o seguinte teor o artigo da Jornalista Érika Lopes:

O educador acreano Raimundo Gomes de Oliveira começou a trabalhar como professor aos 24 anos e se hoje não está mais atuando é por forças alheias à sua vontade e à vocação pedagógica. Raimundo pode ser considerado o "educador acreano do século". Ele possui todos os traços que um verdadeiro professor deve ter. É e foi atuante, inovador e corajoso, para desafiar os preconceitos de sua época e, por isso mesmo, sob a aparência de um homem rígido, cativou alunos, professores, funcionários e, até mesmo, políticos.

Raimundo Gomes chegou em Rio Branco em meados da década de 40 e terminou o primário no Grupo Escolar Sete de Setembro. Em seguida, conseguiu uma vaga no Colégio Acreano, que na época tinha o nome de Instituto Gétúlio Vargas e se localizava ao lado do Palácio Rio Branco. Enquanto Raimundo foi funcionário da Secretaria de Estado de Educação e estudante

do Colégio Acreano recebeu uma grande influência de sua chefe e professora Maria Angélica de Castro.

"Foi ela quem me levou para o campo do Magistério. Eu estava pensando em ingressar na área contábil e não tive tempo. Afinal, Maria Angélica assistiu comigo", afirmou o professor. Em 1951, passou a lecionar francês à noite, e, mais tarde, também no Colégio Eurico Dutra – antigo CERB –, ministrando curso de alfabetização de adultos.

Entre a extensa lista dos notáveis acreanos que foram alunos de Raimundo Gomes estão governadores e desembargadores e o atual Prefeito Mauri Sérgio, entre outros. O professor foi condecorado várias vezes pelos Três Poderes, e, só no Colégio Acreano, atuou durante 32 anos como diretor.

O educador resistiu a diversas tentativas de eleição para diretor no Colégio Acreano. Em governos anteriores, não havia interessados em substituí-lo e ele continuava atuando. No entanto, na última tentativa de implantação das eleições nos colégios para escolha do diretor, Raimundo Gomes perdeu o cargo. Muitos amigos de profissão e alunos o alertaram para tomar cuidado, pois um complô político contra ele estava formado.

Raimundo Gomes não se preocupou, afinal "nunca teve inimigos". Segundo ele, acreditava que seu trabalho seria reconhecido e valorizado.

No entanto, Raimundo recebeu um afastamento por licença prêmio em 99 e, junto com ele, sua esposa, que também trabalhava no colégio, acabou recebendo um afastamento forçado e definitivo. Diversos amigos educadores afirmam que houve motivos políticos para isso.

O educador mantém, apesar de tudo, orgulho por ter trabalhado tanto tempo em uma profissão tão digna. Não pretende parar. Quer continuar trabalhando, apesar das mágoas com as pessoas que não reconheceram e não valorizaram seu trabalho.

"Sei que fiz meu trabalho muito bem feito [declarou ele à jornalista]. No ENEM 98, o Acre tirou o 10º lugar em nível nacional. Hoje, qualquer um que chegar neste mesmo local vai ver que ele não é mais o mesmo. Sou contra as eleições nas escolas. Acho importante haver uma especialização, cursos e concursos que formem diretores", disse.

A vida do educador acreano.

Raimundo Gomes de Oliveira é natural de Sena Madureira.

Formou-se professor em 1954 e dirigiu uma escola em Xapuri por quatro anos. Em 1959, foi designado novamente para dirigir escola em Tarauacá e voltou para Rio Branco em 1962. Até 65, foi diretor artístico da Rádio Difusora e professor do Colégio Acreano.

Em 1966, foi nomeado vice-diretor do colégio e, depois de uma briga com o diretor da época, pediu afastamento do cargo. No entanto, como todos do colégio gostavam dele muito mais do que do próprio diretor, fizeram um abaixo-assinado para que ele ficasse. Ele ficou e o diretor pediu demissão.

Raimundo Gomes permaneceu na direção do Colégio Acreano até 1998, onde tomou medidas como a criação de classes mistas, já que até então tudo era separado por sexo, até mesmo a cantina.

O educador também foi um dos fundadores da Casa do Estudante Acreano, em 1951, que era na época atuante e que criou a Olimpíada Estudantil entre Guaporé (antiga Rondônia) e Acre, em 1953, com ajuda do Governador Abel Pinheiro.

O educador empresta o nome a uma escola no bairro Tucumã.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei a iniciativa de proceder à leitura deste artigo, publicado, como disse, no jornal *A Gazeta*, do Acre, edição do último dia 14, para tributar também minha homenagem pessoal ao Prof. Raimundo Gomes de Oliveira.

Quando o conheci, há muitos anos, ele ainda dirigia a Escola Normal, que fundara no Município de

Tarauacá, de onde sou originário. Tivemos um convívio muito próximo e cordial, pois sempre acompanhei o seu trabalho, a seriedade com que se dedicava ao mister de educador.

Quando tomei posse no cargo de Governador do Estado, para cumprir o mandato de 1983 a 1986, o Prof. Raimundo Gomes de Oliveira já era o consagrado diretor do Colégio Acreano. Mas, como ele pertencia a um partido contrário ao meu, recebi muitas pressões para que o afastasse daquele cargo – mas não concordei. Mantive o Prof. Raimundo Gomes à frente do Colégio Acreano, em respeito às suas qualidades, de homem determinado e inteiramente dedicado à causa da educação.

O Colégio Acreano, que ele dirigiu por trinta e dois anos, sempre foi o estabelecimento padrão no Estado; lá foram educados e se graduaram rapazes e moças, ao longo de sucessivas gerações, muitos deles assumindo, mais tarde, encargos de grande importância, como governadores, desembargadores, juizes, deputados, vereadores, prefeitos, etc.

Por essa razão, Sr. Presidente, creio ser da maior importância e oportunidade a homenagem que hoje se presta a um dos mais dedicados e valorosos apóstolos da educação no meu Estado, o Prof. Raimundo Gomes de Oliveira, a quem, neste momento, reitero a expressão do meu profundo respeito e de admiração por sua obra benemérita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O tributo não é só de V. Ex^a, pois a Mesa do Senado Federal se associa às homenagens prestadas ao Professor Raimundo Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizou-se em Belém do Pará o "Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo", promovido por diversas entidades públicas e organizações não governamentais. A conclusão do seminário noticia a continuidade da exploração do trabalho escravo. São essas repetições de fatos acerca do trabalho escravo e a não alteração desse quadro absurdo que provo-

cam uma desmoralizante situação neste final de século para o Brasil.

Os problemas apontados são todos velhos conhecidos dos defensores dos Direitos Humanos no Estado do Pará. Trata-se da burocracia na punição aos fazendeiros que exploram o trabalho escravo e a constante simulação do governo federal em "divulgar" medidas para a opinião pública, sem sequer dotar os órgãos públicos de aparelhos e condições reais para o fiel desempenho de suas funções.

Entretanto, Sr. Presidente, não irei aqui apenas tecer críticas às ações do governo federal. A própria sociedade civil organizada, reunida em seminário internacional no Pará, já fez isso. Irei procurar aqui apontar duas medidas que se tomadas e aprovadas podem mitigar sensivelmente esse problema do trabalho escravo no Brasil, um tipo de crime do qual, infelizmente, o estado do Pará detém o recorde de autuações.

Essas duas medidas também estarei encaminhando ao Ministro da Justiça a fim de que ele as adote no denominado Programa Nacional de Direitos Humanos do governo federal e também farei chegar às mãos do Senador Bernardo Cabral, relator da proposta de reforma do Judiciário.

A primeira medida que poderá por fim ao trabalho escravo no Brasil pode ser tomada pelos principais partidos e suas lideranças do Congresso Nacional. Trata-se apenas de garantir celeridade à Proposta de Emenda à Constituição nE 57/99, de minha autoria.

O objeto da PEC é alterar o art. 243 da Constituição, de forma a possibilitar a expropriação de terras onde também sejam encontrados a exploração do trabalho escravo. Ora, Sr^{as}. e Srs. Senadores, deve-se atentar para o fato significativo de que hoje em dia a desapropriação-sanção tratada na Constituição, a bem da verdade, é um prêmio para o proprietário de terra que não atenda à função social da propriedade, notadamente quando ocorre superfaturamento na avaliação da terra, o que tem inviabilizado a reforma agrária no Brasil.

A questão torna-se mais absurda quando se percebe que na terra desapropriada existia a exploração de trabalho escravo, ou seja, trabalhadores na agricultura eram subjugados a todos os tipos de privação de seus direitos mais elementares como a não liberdade de locomoção, prisão privada por dívidas impagáveis, acomodação insalubre e perigosas. O escravagista poderá até sofrer as sanções da lei penal, mas se suas terras forem desapropriadas,

receberá vultosa indenização pelo preço da terra.

Portanto, a PEC nE 57/99 vem propondo a mudança da sistemática, desta vez utilizando-se do mecanismo jurídico hábil. É que o Projeto de Lei nE 11-D, oriunda da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinadas a apurar as causas da violência no campo, já apontava para a necessidade de se criar um "confisco" das terras onde exista a exploração de trabalho escravo, originando o § 6E do art. 9E da Lei nE 8.629/93, que foi vetado sob o prisma da inconstitucionalidade, eis que a Constituição só previa tal medida para as glebas onde se cultivam plantas psicotrópicas.

Deve-se lembrar que o direito de propriedade é assegurado desde que a propriedade atenda à sua função social (art. 5E, XXII e XXIII da CF/88). E, por sua vez, o art. 186 da mesmo Texto Constitucional diz que: "a função social é cumprida quando a propriedade rural, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos segundos requisitos: (...) III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho e IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

Assim, a PEC em questão não tolhe o direito de propriedade na forma como já insculpada na Constituição, pelo contrário, reafirma o caráter de atendimento ao princípio da função social da propriedade.

Outra medida que poderá ser adotada no combate ao trabalho escravo, dessa vez como reflexo positivo aos direitos humanos como um todo, seria a alteração da competência constitucional da Justiça Federal para que a ela fique cometido o processo e julgamento dos crimes de violação de direitos humanos.

O texto dessa proposta, tal como encaminhado pelo Executivo, não atende às justificativas apresentadas, e por isso mesmo já sofreu algumas modificações que também ainda não são satisfatórias. É que no intuito de resguardar a responsabilidade internacional do Brasil perante o sistema de proteção internacional dos direitos humanos, a proposta não definia quais os delitos que consistiriam violação de direitos humanos, passíveis de submeter o País aos órgãos internacionais, além do que, ao estabelecer que seriam crimes contra os direitos humanos aqueles praticados contra os órgãos que tutelam os direitos humanos, a proposta ensejava a falsa idéia de crime contra a o próprio Estado, pois, a bem da verdade, nenhum

órgão federal ou estadual detém a "tutela" de proteção dos direitos humanos.

Portanto, e exatamente para preservação dos interesses da comunidade na proteção aos direitos fundamentais, e para prevenção da União contra eventual responsabilização perante as Cortes Internacionais, urge a modificação de competências jurisdicionais, para que se atribua ao Poder Judiciário Federal o processo e julgamento de crimes já definidos em tratados e convenções internacionais, os quais o país se obrigou a prevenir e punir.

Tal modificação, entretanto, deve ser clara e objetiva, não podendo afastar-se da obrigação de respeitar as demais normas de garantia previstas na Carta constitucional e nos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos dos quais o Brasil é parte. Por tais razões, sugere-se que a modificação constitucional preveja, como atribuição imediata do Poder Judiciário Federal, a competência para processo e julgamento dos crimes como tal previstos em instrumentos internacionais, pelos quais o país se obrigou a prevenir, sancionar e punir, inclusive os de proteção aos direitos fundamentais, mesmo porque não haveria necessidade de que se definisse exaustivamente quais os crimes considerados como de violação de direitos humanos, até porque o rol jamais poderia ser exaustivo, quer em face de situações peculiares de determinados crimes, quer em razão da crescente adesão do país à normativa internacional.

Uma segunda hipótese de deslocamento de competência para a Justiça Federal, sem que com isso fossem feridas as normas de garantia referentes ao juiz natural e à proibição de juízos ou tribunais de exceção, seria a de violação massiva ou reiterada de direitos humanos, praticada por agentes públicos ou com sua convivência, quando no Juízo estadual competente estivessem comprometidos os meios internos para sua investigação, processo e julgamento, ou quando houvesse demora injustificada da prestação jurisdicional.

A medida se justifica por dois motivos, a uma, face o envolvimento das polícias Militar e Civil com os fazendeiros autuados por trabalho escravo; a duas em face da competência subsidiária das Cortes internacionais, que prevêem, nas hipóteses de esgotamento das vias internas ou de injustificável atraso na prestação jurisdicional, condição de procedibilidade das queixas apresentadas aos órgãos internacionais de controle e proteção de direitos

humanos. Lembremos ainda que o julgamento justo e imparcial, e em prazo razoável, é garantia fundamental do ser humano, previsto, entre outras, na "Convenção Americana sobre Direitos Humanos", como garantia não só do acusado, mas igualmente das vítimas.

Afastando-se por completo qualquer hipótese de avocação, o texto constitucional deveria delegar às vítimas, ao Ministério Público, ou a quaisquer das entidades legitimadas constitucionalmente para a proposição de ações coletivas, a legitimação para suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente para o deslocamento de competência, para que a Corte Superior, em regular processo e julgamento, decida se a situação define hipótese de violação de direitos humanos passível de responsabilização internacional do país e, portanto, afeta à Justiça Federal. Diante de tais considerações, feitas com brevidade para uma melhor compreensão, sugere-se que tais medidas sejam adotadas pelo Relator da Reforma do Judiciário, o nobre senador Bernardo Cabral, uma vez que a PEC nE 368 ficou prejudicada pela proposta de mudanças do Poder Judiciário (PEC nE 92/92).

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os Direitos Humanos são os direitos de todos e devem ser protegidos em todos Estados e nações. Ao assassinatos, as chacinas, o extermínio, os seqüestros, o crime organizado, o tráfico de crianças e mulheres e o trabalho escravo não podem ser considerados condutas normais, especialmente em um Estado e em uma sociedade que se desejam modernos e democráticos.

É preciso dizer não à banalização da violência e proteger a existência humana. É neste contexto o papel do Judiciário e do Ministério Público, que ciços de sua importância para o Estado democrático, não devem descansar enquanto graves violações aos direitos humanos sejam praticados e estejam impunes os seus responsáveis. No mesmo sentido, uma mudança nas práticas dos Governos, dos Poderes da República nas suas várias esferas fortalece a democracia e o Estado de Direito.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 21, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Proposição (Número/Origem)	Resumo / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2000 (nº 3.156/2000, na Casa de origem) Presidente da República	Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Pareceres da CCIJ e CAS, Relator: Senador José Roberto Arruda, sob n.ºs: - 1.076/2000, favorável ao Projeto e parcialmente às Emendas n.ºs 2, 3, 4, 9, 10, 13, 14, 19 e 21, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas n.ºs 1, 5 a 8, 11, 12, 15 a 18, 20, 22 e 23, apresentadas nos termos do art. 122, II, "b", do Regimento Interno; e - 1.077/2000, favorável, nos termos do parecer da CCIJ, com voto contrário da Senadora Emília Fernandes.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.
2 Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2000 (nº 3.199/2000, na Casa de origem) Presidente da República	Acrescenta inciso ao § 5º do art. 178 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil, o parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (Ação da seguradora para reter o valor da indenização). Parecer nº 1.088/2000-CCJ, Relator: Senador Edilson Lobão, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.
3 Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2000 (3.272/2000, na Casa de origem) Presidente da República	Cria cargos na Carreira Policial Federal. Parecer nº 1.089/2000-CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável ao projeto e pela rejeição das Emendas n.ºs 1 e 2-CCJ e a de nº 1-CCJ, de redação.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.
4 Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem) Presidente da República	Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1993, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Parecer nº 1.090/2000-CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.
5 Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem) Presidente da República	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 205, de 2000 (nº 1.425/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor <i>Cidúlio Maria Henrique do Couto Lyra</i> , Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.	Discussão, em turno único. (Votação secreta)
6 Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem) Presidente da República	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Jorge, sobre a Mensagem nº 230, de 2000 (nº 1.603/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor <i>Oto Agripino Maia</i> , Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.	Discussão, em turno único. (Votação secreta)
7 Parecer nº 1.065, de 2000 MSEF nº 212/2000 (nº 1.481/2000, na origem) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Sobre a Mensagem nº 212, de 2000 (nº 1.481/2000, na origem), de 20 de outubro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a proposta de recondução do Senhor <i>José Mário Miranda Abdo</i> ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Parecer nº 1.065/2000-CI, Relator: Senador Paulo Souto.	Discussão, em turno único. (Votação secreta)
8 Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2000 (nº 270/99, na Câmara dos Deputados)	Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 562, de 2000 – art. 281 do RISP). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracruz, Estado do Paraná. Parecer nº 440/2000-CE, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.	Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 35 minutos.)

(OS 19436/2000)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda
AO
PROJETO DE LEI
Nº 058/2000-CN
MENSAGEM
Nº 01007, de 2000 - CN
(Nº 01565/2000, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 14.894.631,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

EMENDA - 00001

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 0058/2000-CN

CMPOPF - MENSAGEM 1007/2000 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 58/2000	PÁGINA DE
<p>TEXTO</p> <p>Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Cultura, 42902, Função Cultural da Cultura o seguinte: 13.392.0170.4491.XXXX.</p> <p>ACRÉSCIMO: UO: 42902 Título: Apoio a projetos culturais em Fortaleza-CE Valor: R\$ 150.000,00 GND: 3 Mod: 40</p> <p>CANCELAMENTO: UO: 42902 Funcional Programática: 13.392.0170.1644.0005 Valor: R\$ 150.000,00 GND: 3</p>		
<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda visa alocar recursos para o desenvolvimento cultural em Fortaleza-CE. O presente subprojeto consta do Orçamento da União de 2000.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	MARCELO TEIXEIRA	CE PMDB
DATA	ASSINATURA	
13/11/00		

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.138, DE 2000

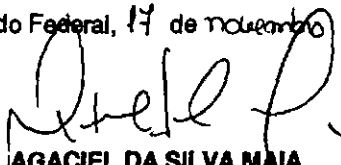
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 014205/00-9

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO ROBERTO ALMEIDA CAMPOS, matrícula nº 1767, e SIRLEY ALMEIDA DA SILVA, matrícula nº 4748, como gestor titular e substituta, respectivamente, da Carta-Contrato nº 084/00, celebrada entre o Senado Federal e a PATRÍCIA STANKOVITS SAYNOVISCKI.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000.



ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.139, DE 2000

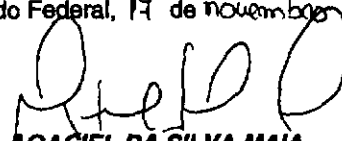
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 014850/00-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 053/00, celebrado entre o Senado Federal e a SPEED DOOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.140, DE 2000**

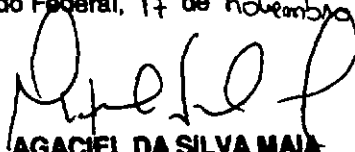
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 014930/00-5

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores GILBERTO HENRIQUE CUNHA DIAS, matrícula nº 3045, e BELCHOLINA DOS REIS MENDES, matrícula nº 4672, como gestor titular e substituta, respectivamente, do Contrato Credenciamento nº 029/00, celebrado entre o Senado Federal e a LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E CITOLOGIA APLICADA S/C.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.141, DE 2000**

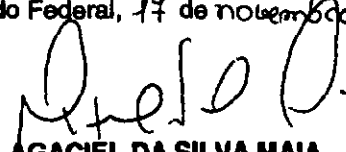
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 014929/00-7

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores GILBERTO HENRIQUE CUNHA DIAS, matrícula nº 3045, e BELCHOLINA DOS REIS MENDES, matrícula nº 4672, como gestor titular e substituta, respectivamente, do Contrato Credenciamento nº 031/00, celebrado entre o Senado Federal e a UNIDADE DE FÍGADO DE BRASÍLIA S/C.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.142, DE 2000**

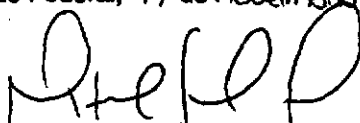
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 014640/00-7,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores VERA LÚCIA CORRÊA NASSER SILVA, matrícula nº 4212, e JOSÉ ANTÔNIO PEREZ JÚNIOR, matrícula nº 4067, como gestora titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 087/00, celebrada entre o Senado Federal e a FOTOHAUS FOTOGRAFIAS E ARTES GRÁFICAS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2000.



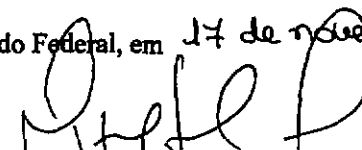
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.143, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014861/00-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO ROCHA JUNIOR**, matrícula nº 31096, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, em 17 de novembro de 2000



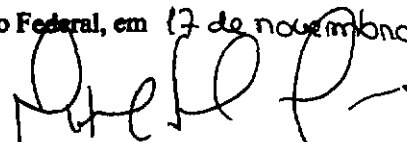
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.144, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014879/00-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ORLANDO RODRIGUES DA CUNHA NETO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 17 de novembro de 2000

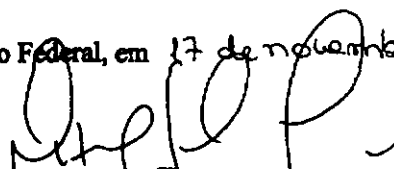

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.145, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014860/00-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIO SERGIO DE FARIA SANTANA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, em 17 de novembro de 2000

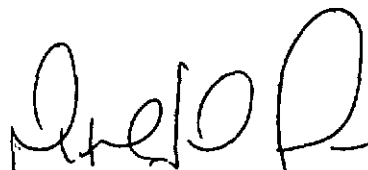

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.146, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013858/00-9,

RESOLVE dispensar o servidor **WALTER FALLEIROS JUNIOR**, matrícula 2063, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Controle de Informações, Símbolo FC-6, da Secretaria de Informação de Documentação, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 2000, e lotá-lo no Instituto Legislativo Brasileiro, a partir da mesma data.

Senado Federal, em 17 de novembro de 2000



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner (1) SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloisa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2061/2067
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. CAMPOS	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. GERALDO ALTHOFF	RR	1160/1163
			7. MOZARILDO CAVALCANTI		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2261/2267
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚCIO COELHO	MS	2361/2367	3. LUZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYC - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM (4)	RO	2256/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Licenciado, a partir de 27/07/2000.
 Início: Terças-feiras às 10:00 horas
 Endereço: Dirceu Vieira Machado Filho
 Rua da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
 Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2281/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2381/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNADES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

OSMAR DIAS	PR-2121/25
-------------------	-------------------

HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrsc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	
DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	
	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	
	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	
	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrnc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (I)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrsc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

(I) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO OUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 16/10/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

SUPLENTEs

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altaires@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
CAMPOS	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
BELLO PARGA					

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2361/2367
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Parlamentares.
Horário regimental. Quinta-feira às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
 (19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3108	1. AGNELO ALVES	RN	2481/2487
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3248	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3208/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚCIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4228/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3483	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
 Horário regulamentar: Quarta-feira às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizado em: 05/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3065/3067
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 31/10/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 25/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizado em: 06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
HENRIQUE LOYOLA	SC		311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	• 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321.9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
- # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:-

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.



Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade do Apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



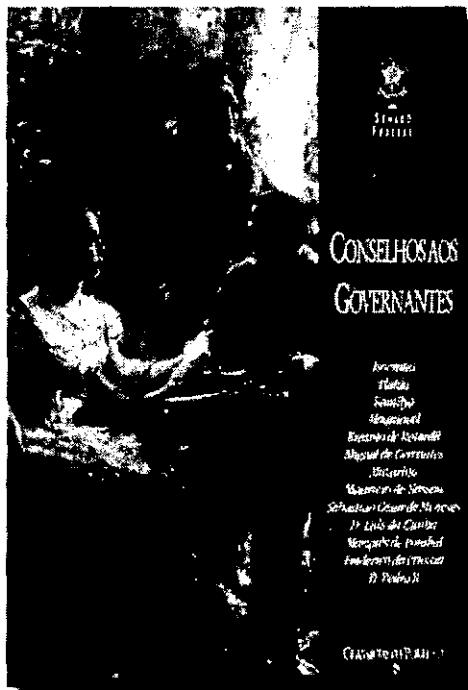
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionais

Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



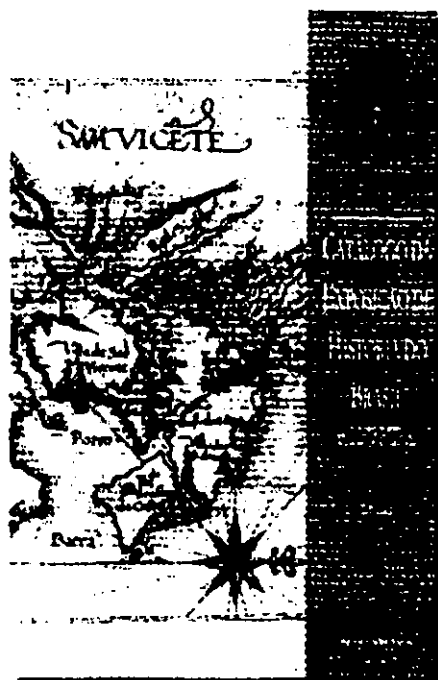
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



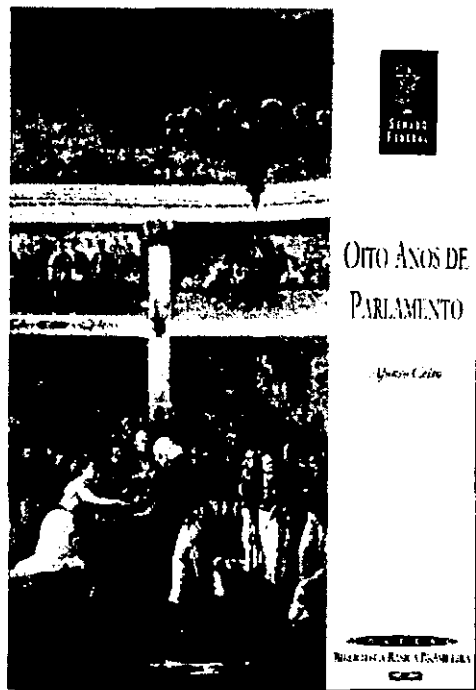
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS